

PRS Aeroportos S.A.

Demonstrações contábeis acompanhadas do relatório do auditor independente em 31 de dezembro de 2023

Ref.: Relatório nº 246KE-015-PB



Índice

	Página
Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis	3
Demonstrações contábeis	6
Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023 e período compreendido entre 18 de outubro de 2022 (constituição da Companhia) e 31 de dezembro de 2022	12

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis

Grant Thornton Auditores Independentes Ltda.

Av. Eng. Luiz Carlos Berrini, 105 -
12ª andar Itaim Bibi, São Paulo (SP)
Brasil

T +55 11 3886-5100

Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da
PRS Aeroportos S.A.
São Paulo – SP

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da PRS Aeroportos S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase

Chamamos a atenção para o assunto mencionado na Nota Explicativa nº 1 que informa que a Companhia foi constituída em 18 de outubro de 2022. Dessa forma, as demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa apresentam a movimentação entre a data da constituição da Companhia e 31 de dezembro de 2022, afetando, conseqüentemente, a comparabilidade entre os exercícios. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

Outros assuntos

Auditoria dos valores correspondentes a exercícios anteriores

Os valores correspondentes ao balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e demonstração do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período compreendido entre 18 de outubro de 2022 (constituição da Companhia) e 31 de dezembro de 2022, determinados como “saldos iniciais” e apresentados para fins de comparação, não foram auditados por nós ou por outro auditor independente. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração;

- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional;
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

São Paulo, 25 de junho de 2024

Grant Thornton Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP-025.583/O-1



Régis Eduardo Baptista dos Santos
Contador CRC 1SP-255.954/O-0

PRS Aeroportos S.A.

Balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de reais)

Ativo

	Notas	31/12/2023	31/12/2022 (Não auditado)
Ativo circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	6	2.133	1.208
Contas a receber	7	14.128	-
Despesas antecipadas	8	529	-
Adiantamento a terceiros		54	-
Impostos a recuperar	9	203	-
Total do ativo circulante		17.047	1.208
Ativo não circulante			
Despesas antecipadas	8	348	-
Partes relacionadas	10	321	-
Imobilizado	11	178	-
Intangível	12	274.626	128.991
Total do ativo não circulante		275.473	128.991
Total do ativo		292.520	130.199

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

PRS Aeroportos S.A.

Balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de reais)

Passivo e patrimônio líquido

	Notas	31/12/2023	31/12/2022 (Não auditado)
Passivo circulante			
Fornecedores	13	3.086	-
Obrigações trabalhistas	14	2.058	75
Obrigações tributárias	15	1.521	322
Adiantamento de clientes		21	-
Outras contas a pagar	16	-	128.940
Total do passivo circulante		6.686	129.337
Passivo não circulante			
Dividendos a pagar	17 (c)	602	-
Total do passivo não circulante		602	-
Patrimônio líquido			
Capital social	17 (a)	283.301	5.001
Reserva legal	17 (b)	127	-
Reserva de lucros (prejuízos acumulados)		1.804	(4.139)
Total do patrimônio líquido		285.232	862
Total do passivo e patrimônio líquido		292.520	130.199

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

PRS Aeroportos S.A.

Demonstrações do resultado

para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023 e período compreendido

entre 18 de outubro de 2022 (constituição da Companhia) e 31 de dezembro de 2022

(Em milhares de reais)

	Notas	01/01/2023 a 31/12/2023	18/11/2022 a 31/12/2022 (Não auditado)
Receita líquida	18	30.335	-
Custo dos serviços prestados	19	(9.984)	-
Lucro bruto		20.351	-
Receitas (despesas) operacionais			
Gerais e administrativas	19	(12.293)	(4.146)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	19	(58)	1
Lucro (prejuízo) operacional antes do resultado financeiro		8.000	(4.145)
Resultado financeiro			
Receitas financeiras	20	2.926	7
Despesas financeiras	20	(153)	(1)
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social		10.773	(4.139)
Imposto de renda e contribuição social		(4.102)	-
Lucro (prejuízo) do exercício		6.671	(4.139)
Quantidade de ações ao final do exercício		10.000	10.000
Lucro (prejuízo) básico e diluído (em Reais)		667	(414)

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

PRS Aeroportos S.A.

Demonstrações do resultado abrangente
para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023 e período compreendido
entre 18 de outubro de 2022 (constituição da Companhia) e 31 de dezembro de 2022

(Em milhares de reais)

	01/01/2023 ^a	18/11/2022 ^a
	31/12/2023	31/12/2022 (Não auditado)
Lucro (prejuízo do exercício)	6.671	(4.139)
Outros resultados abrangentes	-	-
Total de resultados abrangentes	6.671	(4.139)

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

PRS Aeroportos S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido
para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023 e período compreendido
entre 18 de outubro de 2022 (constituição da Companhia) e 31 de dezembro de 2022

(Em milhares de reais)

	Capital social			Lucros não destinados aguardando deliberação	Lucro (prejuízo) acumulado	Total
	Subscrito	A integralizar	Reserva legal			
Constituição da Companhia em 18 de outubro de 2022	-	-	-	-	-	-
Integralização de capital	1	-	-	-	-	1
Aumento de capital social	280.000	(275.000)	-	-	-	5.000
Prejuízo do período compreendido entre 18 de outubro de 2022 (constituição da Companhia) e 31 de dezembro de 2022	-	-	-	-	(4.139)	(4.139)
Saldo em 31 de dezembro de 2022 (não auditado)	280.001	(275.000)	-	-	(4.139)	862
Aumento de capital	74.400	203.900	-	-	-	278.300
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	6.671	6.671
Constituição da reserva legal	-	-	127	-	(127)	-
Dividendos mínimos obrigatórios	-	-	-	-	(601)	(601)
Destinação dos lucros acumulados	-	-	-	1.804	(1.804)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2023	354.401	(71.100)	127	1.804	-	285.232

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

PRS Aeroportos S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa - método indireto
para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023 e período compreendido
entre 18 de outubro de 2022 (constituição da Companhia) e 31 de dezembro de 2022

(Em milhares de reais)

	01/01/2023 a 31/12/2023	18/11/2022 a 31/12/2022
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Lucro/(prejuízo) do período/exercício	6.671	(4.139)
Itens que não afetam o caixa operacional:		
Depreciações	30	-
Amortização sobre direito de outorga	1.835	-
	8.536	(4.139)
Variações nos ativos e passivos operacionais		
Diminuição (aumento) dos ativos operacionais:		
Contas a receber	(14.128)	-
Despesas antecipadas	(877)	-
Adiantamento de terceiros	(54)	-
Impostos a recuperar	(203)	-
Aumento (diminuição) dos passivos operacionais:		
Fornecedores	3.086	-
Obrigações trabalhistas	1.984	76
Obrigações tributárias	1.199	322
Adiantamento de clientes	21	-
Outras contas a pagar	-	167
Caixa aplicado nas operações	(436)	(3.574)
Fluxo de caixa das atividades de investimentos		
Aquisição de imobilizado	(208)	-
Aquisição de intangível	(276.410)	(218)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos	(276.618)	(218)
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos		
Aumento de capital social	278.300	5.000
Empréstimos a partes relacionadas	(321)	-
Caixa líquido gerado nas atividades de financiamentos	277.979	5.000
Aumento em caixa e equivalentes de caixa	925	1.208
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	1.208	-
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	2.133	1.208
Aumento em caixa e equivalentes de caixa	925	1.208

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023 e período compreendido entre 18 de outubro de 2022 (constituição da Companhia) e 31 de dezembro de 2022 (Em milhares de reais – R\$)

1. Contexto operacional

A PRS Aeroportos S.A. (“Companhia”) é uma investida e controlada direta da PAX Investimentos em Aeroportos S.A. A PRS Aeroportos S.A. Foi constituída em 18 de outubro de 2022, com a única e exclusiva finalidade de realizar a prestação dos serviços públicos para a ampliação, manutenção e exploração da infraestrutura aeroportuária dos Complexos Aeroportuários integrantes do Bloco Aviação Geral, propriamente o Aeroporto Campo de Marte – São Paulo/SP (SBMT) e Aeroporto de Jacarepaguá – Roberto Marinho – Rio de Janeiro/RJ (SBJR), em conformidade com as condições e especificações do contrato de concessão firmado entre a Agência Nacional de Aviação Civil – ANAC e a PRS Aeroportos S.A (“Contrato de Concessão”), em virtude do êxito no processo licitatório promovido pelo Poder Concedente nos termos do Edital do Leilão nº 01/2022 (“Edital do Leilão”).

Aeroporto Campo de Marte

O Aeroporto Campo de Marte está localizado na cidade de São Paulo, no estado de São Paulo. Ele é conhecido como um aeroporto voltado para a aviação geral e executiva. Atualmente é utilizado principalmente para operações de táxi aéreo, escolas de aviação, aviação executiva e serviços de helicóptero e como base de apoio da Polícia Militar e seus helicópteros Águia.

O Campo de Marte possui uma pista asfaltada com 1.600 metros de comprimento, que permite a operação de aeronaves de pequeno e médio porte. Também possui um terminal de passageiros para atendimento aos voos executivos. Além disso, o aeroporto conta com uma série de serviços e facilidades para aviação, como hangares, abastecimento de combustível, oficinas de manutenção e serviços de apoio.

Aeroporto de Jacarepaguá

O Aeroporto de Jacarepaguá está localizado na cidade do Rio de Janeiro, no bairro de Jacarepaguá. Também é conhecido como Aeroporto de Jacarepaguá – Roberto Marinho, em homenagem ao empresário brasileiro Roberto Marinho. Assim como o Campo de Marte, é um aeroporto voltado para a aviação geral e executiva, com alta movimentação de operação *offshore*.

O aeroporto possui uma pista asfaltada com 900 metros de comprimento e é adequado para a operação de aeronaves de pequeno e médio porte. Além disso, conta com um terminal de passageiros e diversos serviços para aviação, como hangares, abastecimento de combustível, serviços de manutenção e apoio em solo.

2. Base de preparação

a) Declaração de conformidade

As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão sendo apresentadas, em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BRGAAP), que inclui as práticas contábeis previstas na legislação Societária Brasileira e pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

A Administração da Companhia declara e confirma que todas as informações relevantes próprias e constantes das demonstrações contábeis estão sendo evidenciadas e que correspondem às informações utilizadas pela Administração da Companhia na sua gestão.

A emissão das demonstrações contábeis da Companhia foi autorizada pela Administração em 25 de junho de 2024.

Detalhes sobre as políticas contábeis relevantes da Companhia, estão apresentadas na Nota Explicativa nº 4.

b) Moeda funcional e de apresentação

A moeda funcional da Companhia é o Real, mesma moeda de preparação e apresentação das demonstrações contábeis.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023 e período compreendido entre 18 de outubro de 2022 (constituição da Companhia) e 31 de dezembro de 2022 (Em milhares de reais – R\$)

c) Moeda estrangeira

Na elaboração das demonstrações contábeis da Companhia, as transações em moeda estrangeira são registradas de acordo com as taxas de câmbio vigentes na data de cada transação. No final de cada exercício, os itens em moeda estrangeira são convertidos pelas taxas vigentes. As variações cambiais sobre esses itens são reconhecidas no resultado do exercício em que ocorrerem.

d) Mensuração do valor justo

Uma série de políticas e divulgações contábeis da Companhia requer a mensuração do valor justo, para os ativos e passivos financeiros e não financeiros.

A Companhia estabeleceu uma estrutura de controle relacionada à mensuração dos valores justos. Isso inclui uma equipe de avaliação que possui a responsabilidade geral de revisar todas as mensurações significativas de valor justo.

A Companhia revisa regularmente dados não observáveis significativos e ajustes de avaliação.

Se a informação de terceiros, tais como cotações de corretoras ou serviços de preços, é utilizada para mensurar os valores justos, então a equipe de avaliação analisa as evidências obtidas de terceiros para suportar a conclusão de que tais avaliações atendem aos requisitos da norma contábil, incluindo o nível na hierarquia do valor justo em que tais avaliações devem ser classificadas.

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (*inputs*) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma:

- **Nível 1:** preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos;
- **Nível 2:** *inputs*, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preço) ou indiretamente (derivado de preço); e
- **Nível 3:** *inputs*, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis).

A Companhia reconhece as transferências entre níveis da hierarquia do valor justo no final do período das demonstrações contábeis em que ocorreram as mudanças.

3. Base de elaboração e mensuração

As demonstrações foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor, exceto quando mencionado ao contrário. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de bens e serviços.

Valor justo é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação organizada entre participantes do mercado na data de mensuração, independentemente de esse preço ser diretamente observável ou estimado usando outra técnica de avaliação. Ao estimar o valor justo de um ativo ou passivo, a Companhia leva em consideração as características do ativo ou passivo no caso de os participantes do mercado levarem essas características em consideração na precificação do ativo ou passivo na data de mensuração.

4. Políticas contábeis materiais

A Companhia aplicou às políticas contábeis descritas a seguir de maneira consistente a todo o período apresentado nestas demonstrações contábeis.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023 e período compreendido entre 18 de outubro de 2022 (constituição da Companhia) e 31 de dezembro de 2022 (Em milhares de reais – R\$)

a) Contrato de concessão – ICPC 01 (R1)

A Concessionária contabiliza o contrato de concessão conforme a Interpretação Técnica ICPC 01 (R1), que especifica as condições a serem atendidas em conjunto para que as concessões públicas estejam inseridas em seu alcance. A infraestrutura dentro do alcance da ICPC 01 (R1) IFRIC 12 não é registrada como ativo imobilizado das concessionárias porque o contrato de concessão não transfere ao concessionário o direito de controle do uso da infraestrutura de serviços públicos. É prevista apenas a cessão de posse desses bens para prestação de serviços públicos, sendo eles revertidos ao poder concedente ao término do contrato de concessão.

O concessionário tem acesso apenas para operar a infraestrutura para prestação dos serviços públicos em nome do poder concedente nos termos do contrato de concessão, atuando como prestador de serviço durante determinado prazo. O concessionário reconhece um intangível à medida que recebe autorização (direito) de cobrar dos usuários do serviço público e não possui direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro do poder concedente.

A amortização do direito de exploração da infraestrutura é reconhecida no resultado do exercício de acordo com a curva estimada de utilização dos serviços da Concessionária dentro do prazo do contrato de concessão.

b) Caixa e equivalentes de caixa

Incluem os saldos de caixa, depósitos bancários e aplicações financeiras cujo vencimento seja de até 90 dias da data da aplicação, registradas ao custo, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço, que não supera o valor de mercado.

As aplicações financeiras são reconhecidas e mensuradas pelo valor justo e os resultados financeiros auferidos nessas operações são alocados diretamente ao resultado.

c) Contas a receber

As contas a receber correspondem aos valores a receber pela prestação de serviços no curso normal das atividades da Companhia. Se o prazo de recebimento é inferior a 12 meses as contas a receber são classificadas no ativo circulante, e caso o prazo de recebimento seja superior a 12 meses então as contas a receber serão classificadas no ativo não circulante.

As contas a receber são reconhecidas pelo valor justo, que coincide com os valores faturados incluindo os respectivos impostos diretos, menos os impostos retidos na fonte.

d) Impostos a recuperar

Impostos a recuperar correspondem a valores de crédito superiores a débitos tributários e que serão usados como compensação ao pagamento de próximos impostos.

Se o prazo de utilização estimado de utilização desses impostos é inferior a 12 meses, são classificados no ativo circulante, e caso o prazo de utilização estimado seja superior a 12 meses então são classificados no ativo não circulante.

e) Outros ativos e passivos (circulantes e não circulantes)

Um ativo é reconhecido no balanço patrimonial quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Empresa e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço patrimonial quando possui uma obrigação ou é constituído como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. São acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias ou cambiais incorridas.

As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando é provável que a sua realização ou liquidação ocorra nos próximos doze meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes.

f) Ativos imobilizados

O imobilizado é mensurado pelo seu custo histórico, menos depreciação acumulada. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens. O custo histórico também inclui os custos de financiamento relacionados com a aquisição de ativos qualificados.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023 e período compreendido entre 18 de outubro de 2022 (constituição da Companhia) e 31 de dezembro de 2022 (Em milhares de reais – R\$)

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados a esses custos e que possam ser mensurados com segurança. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos.

A depreciação de outros ativos é calculada usando a vida útil do bem, considerando os seus custos e seus valores residuais durante a vida útil estimada, como segue:

	Anos
Moveis e utensílios	10
Equipamentos de informática	5

g) Avaliação do valor recuperável de ativos (teste de impairment)

A revisão do valor contábil líquido dos ativos tem o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando estas evidências são identificadas e o valor líquido excede o valor recuperável, é efetuado o ajuste de *impairment*. Não houve registro de perdas decorrentes de redução de valor recuperável dos ativos para os exercícios de 2023 e 2022.

h) Ativos intangíveis

Refere-se ao direito de operar o aeroporto durante o período de concessão. Esse direito é um ativo intangível identificável com vida útil definida e controlado pela Companhia, que surge do contrato de concessão celebrado com o governo conforme mencionado na Nota Explicativa nº 1.

Os ativos intangíveis com vida útil definida são amortizados de acordo com sua vida útil econômica estimada. No caso da concessão de aeroportos, o ativo intangível da concessão é amortizado ao longo do período de concessão, que é o período em que a Companhia tem o direito de operar o aeroporto. A amortização é calculada utilizando um método sistemático e racional ao longo do período de concessão, refletindo o consumo dos benefícios econômicos do ativo intangível ao longo do tempo. e, quando são identificadas indicações de perda de seu valor recuperável, submetidos a teste para análise.

Ganhos e perdas resultantes da baixa de um ativo intangível seja por venda ou por redução ao valor recuperável são reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa do ativo.

i) Receitas

Receitas tarifárias são os valores cobrados para a utilização das instalações e serviços do aeroporto por companhias aéreas, passageiros e operadores de aeronaves. Essas receitas são essenciais para a operação, manutenção e desenvolvimento da infraestrutura aeroportuária.

As tarifas podem ser divididas em várias categorias:

1) Tarifa de Pouso: remunera a pista de pouso, cobradas dos operadores aeronáuticos e companhias aéreas pelo uso da pista para pouso;

2) Tarifa de Permanência: remunera a pista de taxi e as áreas de permanência, cobradas pela utilização do espaço no aeroporto para estacionar aeronaves;

3) Tarifa de Embarque: remunera o terminal de passageiros, abrangendo o embarque, desembarque, orientação, conforto e segurança, e são arrecadadas pelas empresas aéreas, recolhidas posteriormente pelo operador do aeródromo.

Também há outras tarifas que podem ser cobradas na operação aeroportuária, como de conexão, armazenagem e capatazia, mas não houve cobrança dessas tarifas durante o exercício social de 2023.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023 e período compreendido entre 18 de outubro de 2022 (constituição da Companhia) e 31 de dezembro de 2022 (Em milhares de reais – R\$)

Receitas não tarifárias referem-se a todas as receitas geradas que não estão diretamente relacionadas às tarifas de serviços aeroportuários cobradas dos passageiros, companhias aéreas ou operadores de aeronaves. Essas receitas podem incluir, mas não se limitam a:

- 1)** Receitas de cessão de espaço comercial dentro do aeroporto, como lojas, restaurantes, quiosques, aluguel de carros, hangares, entre outros;
- 2)** Receitas de publicidade e patrocínio dentro do aeroporto, como anúncios em painéis, *displays* digitais ou outras áreas comerciais;
- 3)** Receitas de estacionamento, tanto de passageiros quanto de funcionários e prestadores de serviços;
- 4)** Receitas de serviços adicionais oferecidos pelo aeroporto, como serviços de bagagem, inspeção, serviços de transporte terrestre, entre outros.

j) Custo dos serviços prestados, despesas gerais e outras despesas e receitas

São registrados pelo regime de competência

k) Receitas financeiras e despesas financeiras

As receitas e despesas financeiras da Companhia compreendem:

- Rendimento sobre aplicações financeiras;
- Despesas bancárias.

As receitas e as despesas de juros são reconhecidas no resultado através do método dos juros efetivos.

l) Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos

O imposto de renda é calculado com base na alíquota de 15%, acrescido do adicional de 10% sobre o lucro excedente a R\$ 240 mil. A contribuição social é calculada com base na alíquota de 9% sobre o lucro base para a contribuição social.

Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido ou no resultado abrangente. Nesse caso, o imposto também é reconhecido no patrimônio líquido ou no resultado abrangente.

O encargo de imposto de renda e contribuição social corrente é calculado com base nas leis tributárias promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço.

A Administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pela Empresa nas declarações de impostos de renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações. Estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais.

O imposto de renda e contribuição social diferidos são reconhecidos usando-se o método do passivo sobre as diferenças temporárias decorrentes de diferenças entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações contábeis. O imposto de renda e contribuição social diferidos são determinados, usando alíquotas de imposto e leis fiscais promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço, e que devem ser aplicadas quando o respectivo imposto diferido ativo for realizado ou quando o imposto diferido passivo for liquidado.

Impostos diferidos ativos são reconhecidos na extensão em que seja provável que o lucro futuro tributável esteja disponível para ser usado na compensação aos prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social e sobre as diferenças temporárias, com base em projeções de resultados futuros elaborados e fundamentados em premissas internas e em cenários econômicos futuros que podem, portanto, sofrer alterações. A Empresa não reconhece imposto de renda diferido nos casos em que não há previsão de geração de lucros tributáveis futuros para compensação com diferenças temporárias.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023 e período compreendido entre 18 de outubro de 2022 (constituição da Companhia) e 31 de dezembro de 2022 (Em milhares de reais – R\$)

Os impostos de renda diferidos ativos e passivos são compensados quando há um direito exequível legalmente de compensar os ativos fiscais correntes contra os passivos fiscais correntes e quando os impostos de renda diferidos ativos e passivos se relacionam com os impostos de renda incidentes pela mesma autoridade tributável sobre a entidade tributária ou diferentes entidades tributáveis onde há intenção de liquidar os saldos numa base líquida.

m) Instrumentos financeiros

Ativos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como ativos financeiros a valor justo por meio do resultado, empréstimos e recebíveis, investimentos mantidos até o vencimento e ativos financeiros mantidos para venda conforme a situação. A Companhia determina a classificação dos seus ativos financeiros no momento do seu reconhecimento inicial, quando ele se torna parte das disposições contratuais do instrumento. Todos os ativos financeiros são reconhecidos inicialmente ao valor justo, acrescido, no caso de investimentos não contabilizados a valor justo por meio do resultado, dos custos de transação que são atribuíveis à aquisição do ativo financeiro. Os ativos financeiros da Companhia incluem caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes, impostos a recuperar e outros recebíveis.

A Companhia classifica seus instrumentos financeiros na categoria empréstimos e recebíveis. Em 31 de dezembro de 2023 e 2022 não há instrumentos financeiros derivativos.

5. Contrato de concessão

Objeto

O contrato tem por objetivo a concessão dos serviços públicos para a ampliação, manutenção e exploração da infraestrutura aeroportuária a serem implementadas nas seguintes fases:

- FASE I-A – Transferência das operações dos Aeroportos sob comando da Infraero para a Concessionária (fase concluída, com transição operacional do Aeroporto de Campo de Marte no dia 15 de agosto de 2023, e do Aeroporto de Jacarepaguá no dia 1º de setembro de 2023);
- FASE I-B – Ampliação e adequação dos Aeroportos pela Concessionária para atendimento às especificações mínimas de infraestrutura aeroportuária e recomposição total do nível de serviço estabelecido no Plano de Exploração Aeroportuária “PEA” (Fase com conclusão prevista para 1º de maio de 2026); e
- FASE II – Cumprimento integral das obrigações estabelecidas no PEA, incluindo ampliação, manutenção e exploração dos Aeroportos de acordo com as Especificações mínimas de infraestrutura aeroportuária e o nível de serviço requerido, conforme contrato de concessão (fase com início após a fase I-B e vigente durante todo o tempo restante de concessão).

Prazo de vigência

O contrato de concessão tem prazo de 30 (trinta) anos, podendo ser prorrogado uma única vez por até 5 anos, sendo a concessão outorgada pela Agência Nacional de Aviação Civil (ANAC).

Contribuição ao sistema

Pelo direito de exploração do Bloco de Aviação Geral, englobando os Aeroportos Campo de Marte e Jacarepaguá, a Concessionária, com a assinatura do contrato de concessão, se comprometeu a desembolsar o total de R\$ 141.400.000, sendo o saldo corrigido desde agosto de 2022, mês de realização da sessão pública do leilão, pelo IPCA-IBGE, em conta a favor do Fundo Nacional de Aviação Civil (FNAC), a título de outorga fixa. Em conformidade com o aditamento ao contrato de concessão que alterou o fluxo de pagamento da outorga fixa original, nos termos da Lei nº 13.499/2017 e da Portaria nº 135/ MTPA, o montante, em valores reais, passa a ser R\$ 145.980.000 decorrente da reprogramação, permanecendo inalterado o valor presente líquido da outorga fixa original.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023 e período compreendido entre 18 de outubro de 2022 (constituição da Companhia) e 31 de dezembro de 2022 (Em milhares de reais – R\$)

O contrato de concessão também prevê a realização do pagamento da contribuição variável anual, em reais, a partir do quinto ano-calendário completo de concessão, resultante da aplicação de uma alíquota sobre a totalidade da receita bruta anual. A alíquota será implementada conforme o quadro a seguir:

Período	Alíquota
Da data de eficácia do contrato até o quarto ano-calendário completo	Zero
Quinto ano	3,05%
Sexto ano	6,10%
Sétimo ano	9,15%
Oitavo ano	12,20%
A partir do novo ano até o final da concessão	15,25%

Bens integrantes da concessão

Integram a concessão os bens necessários a prestação do serviço de exploração aeroportuária já disponibilizados pelo poder público e incorporados à operação da Concessionária, tais como edificações, instalações, máquinas e equipamentos, móveis e utensílios, veículos, pistas de pouso e decolagem, pátios de manobra, dentre outros.

Direitos e deveres gerais

Durante o período do contrato, a Concessionária tem por obrigação cumprir e fazer cumprir integralmente o Contrato de Concessão, atendendo às exigências e dar o devido tratamento às recomendações ou observações feitas pela ANAC, manter em bom estado de funcionamento, conservação e segurança, os bens necessários à prestação dos serviços que integram a concessão, além de manter um sistema de atendimento físico e eletrônico ao usuário e uma ouvidoria para apurar as reclamações relativas aos serviços prestados.

Investimentos

Os custos com obras e intervenções nos bens do poder público, previstos no contrato de concessão, serão contabilizados no intangível, pois não há previsão no contrato de concessão para reembolso de parte ou de todo o investimento efetuado pela Concessionária. Extinta a concessão, retornam ao poder concedente todos os bens reversíveis, direitos e privilégios vinculados ao complexo aeroportuário.

Remuneração da Concessionária**• Receitas tarifárias**

São constituídas, pelas tarifas de embarque, conexão, pouso e permanência, armazenagem e capatazia.

• Receitas não tarifárias

São constituídas, por cessão de espaço inerentes à exploração dos espaços comerciais e outros.

Transferência da concessão e do controle societário

A Concessionária e seu acionista privado não poderão realizar qualquer modificação direta ou indireta nos respectivos controles societários ou transferir a concessão sem a prévia e expressa anuência da ANAC, sob pena de caducidade do contrato.

Utilização do complexo aeroportuário – disposições gerais

A Concessionária poderá celebrar com terceiros, prestadores de serviços de transporte aéreo, de serviços auxiliares ao transporte aéreo ou exploradores de outras atividades econômicas, contratos que envolvam a utilização de espaço no complexo aeroportuário, sendo que, a remuneração será livremente pactuada entre a Concessionária e a outra parte contratante.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023 e período compreendido entre 18 de outubro de 2022 (constituição da Companhia) e 31 de dezembro de 2022 (Em milhares de reais – R\$)

6. Caixa e equivalentes de caixa

Descrição	31/12/2023	31/12/2022 (Não auditado)
Bancos	138	-
Aplicações financeiras (i)	1.995	1.208
Total	2.133	1.208

Caixa e equivalentes de caixa consistem em numerário disponível na entidade e saldos em poder de bancos.

(i) As aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor.

As aplicações são remuneradas por taxas variáveis, com média de 103% do CDI a.a., tendo como contraparte bancos de primeira linha.

7. Contas a receber

Descrição	31/12/2023	31/12/2022 (Não auditado)
Contas a receber	14.128	-
Total	14.128	-

Aging

Abertura por vencimento:

Faixa	31/12/2023 (Não auditado)
A vencer	8.743
Vencidos em até 30 dias	2.821
Vencidos entre 31 e 60 dias	2.077
Vencidos entre 61 e 90 dias	487
Total	14.128

A Companhia não espera perdas em contas a receber em 31 de dezembro de 2023, portanto, nenhuma provisão foi constituída.

8. Despesas antecipadas

Seguros	31/12/2023	31/12/2022 (Não auditado)
Danos materiais	15	-
Responsabilidade civil geral (i)	377	-
Executante concessionário (ii)	457	-
Indenização à reclamações de terceiros	28	-
Total	877	-
Circulante	529	-
Não circulante	348	-

(i) Os contratos de seguro de Responsabilidade Civil Geral são essenciais para proteger a empresa contra danos materiais e ações emergenciais relacionados a terceiros. Foram firmadas apólices de seguro com as empresas Starr (Responsabilidade Civil de Hangar) e AIG (Responsabilidade Civil Geral), com limite máximo de R\$ 50.000 cada um, ambos com vigência de 1 ano; e

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023 e período compreendido entre 18 de outubro de 2022 (constituição da Companhia) e 31 de dezembro de 2022 (Em milhares de reais – R\$)

(ii) Pelo contrato de concessão, há o dever de manter em vigor a Garantia de Execução Contratual durante toda a vigência do contrato e 24 meses após o término. Essa condicionante tem o papel de garantir o fiel cumprimento das obrigações do contrato pela concessionária e poderá ser executada pelo poder concedente, ANAC, nas hipóteses previstas na subseção 9 do capítulo 3 do contrato. Podendo ser feito sob as modalidades de caução, seguro-garantia ou fiança bancária, a PRS Aeroportos optou pelo seguro-garantia, contratando a seguradora Potencial com vigência de 5 anos.

9. Impostos a recuperar

Descrição	31/12/2023	31/12/2022 (Não auditado)
IRPJ	146	-
CSLL	57	-
Total	203	-

10. Partes relacionadas

Descrição	31/12/2023	31/12/2022 (Não auditado)
Pax Investimentos em Aeroportos S.A	321	-
Total	321	-

Em 2023, a PRS realizou transferências para a no montante de R\$ 321, para pagamentos de despesas com a operação de debêntures da Holding Pax Investimentos em Aeroportos S.A. O montante será reembolsado até outubro de 2024.

11. Imobilizado

Descrição	31/12/2023	31/12/2022 (Não auditado)
Custo		
Moveis e utensílios	1	-
Equipamentos de informática	207	-
Total	208	-
Depreciação acumulada		
(-) Moveis e utensílios	-	-
(-) Equipamentos de informática	(30)	-
Total	(30)	-
Total	178	-

Movimentação 2023				
Descrição	31/12/2022 (Líquido) (Não auditado)	Aquisição	Depreciação	31/12/2023 (Líquido)
Moveis e utensílios	-	1	-	1
Equipamentos de informática	-	207	(30)	177
Total	-	208	(30)	178

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023 e período compreendido entre 18 de outubro de 2022 (constituição da Companhia) e 31 de dezembro de 2022 (Em milhares de reais - R\$)

12. Intangível

Descrição	31/12/2023	31/12/2022 (Não auditado)
Direito de uso de infraestrutura concedida	274.800	128.991
Obras em andamento	1.652	-
Outros	9	-
(-) Amortização de direito de uso infra aeroportos	(1.835)	-
Total	274.626	128.991

A movimentação para o exercício de 2023 e período compreendido entre 18 de outubro de 2022 (data de constituição da Companhia) de 31 de dezembro de 2022 está abaixo demonstrada:

Movimentação 2023	31/12/2022 (Líquido) (Não auditado)	Adições	Amortização	31/12/2023 (Líquido)
Direito de uso de infraestrutura concedida	128.991	145.809 (*)	-	274.800
Obras em andamento	-	1.652	-	1.652
Outros	-	9	-	9
(-) Amortização de direito de uso da infra aeroportos	-	-	(1.835)	(1.835)
Total	128.991	147.470	(1.835)	274.626

Movimentação 2022	18/10/2022 (Líquido) (Não auditado)	Adições	Amortização	31/12/2021 (Líquido) (Não auditado)
Direito de uso de infraestrutura concedida	-	128.991 (**)	-	128.991
Obras em andamento	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-
(-) Amortização de direito de uso da infra aeroportos	-	-	-	-
Total	-	128.991	-	128.991

(*) Pagamento de outorga fixa previstas no edital da concessão, nos seguintes valores e datas: R\$ 71.000 (11/04/2023), R\$ 46.368 (23/05/2023) e R\$ 28.441 (24/05/2023).

(**) Gastos iniciais previstos no edital da concessão, a saber: i) pagamento do programa de adequação do efetivo da Infraero (R\$ 121.608) e; ii) reembolso de despesas relacionadas ao estudo da concessão (R\$ 7.383). O pagamento desses custos foi condição anterior e obrigatória ao pagamento da outorga e assinatura final do contrato.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023 e período compreendido entre 18 de outubro de 2022 (constituição da Companhia) e 31 de dezembro de 2022 (Em milhares de reais – R\$)

13. Fornecedores

Descrição	31/12/2023	31/12/2022 (Não auditado)
Fornecedores nacionais	3.086	-
Total	3.086	-

Aging

Abertura por vencimento:

Descrição	31/12/2023	31/12/2022 (Não auditado)
A vencer em 30 dias	2.825	-
Vencidos acima de 120 dias	261	-
Total	3.086	-

14. Obrigações trabalhistas

Descrição	31/12/2023	31/12/2022 (Não auditado)
Participação nos lucros e resultados	1.347	-
INSS a recolher	146	30
FGTS a recolher	43	8
IRRF a recolher	87	22
Provisão de férias e encargos sociais	435	13
Outras obrigações trabalhistas	-	2
Total	2.058	75

15. Obrigações tributárias

Descrição	31/12/2023	31/12/2022 (Não auditado)
CSRF	155	244
ISS	144	-
INSS retidos na fonte a pagar	136	-
PIS e Cofins	1.067	-
IRRF	19	78
Total	1.521	322

16. Contas a pagar

Em 31 de dezembro de 2022 a rubrica de contas a pagar contém valores a pagar pela prestação de serviços jurídicos de apoio pela constituição da Companhia e participação no leilão e provisão/gastos de reembolsos relacionados à concessão constituídos em contrapartida ao ativo intangível (Nota Explicativa nº 12). Essas obrigações foram liquidadas no início do ano de 2023. Em 2023, foram realizados novos pagamentos previstos no contrato de concessão, a saber, outorga fixa no montante de R\$ 145.809, que não afetou essa conta pois foi paga à vista (Nota Explicativa nº 12).

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023 e período compreendido entre 18 de outubro de 2022 (constituição da Companhia) e 31 de dezembro de 2022 (Em milhares de reais – R\$)

17. Patrimônio líquido

a) Capital social

A empresa PRS Aeroportos S.A. recebeu aportes da PAX Aeroportos S.A. nas datas:

- Primeiro aporte dia 29 de novembro de 2022 – R\$ 4.999;
- Segundo aporte dia 13 de fevereiro de 2023 – R\$ 129.300; e
- Terceiro aporte dia 28 de fevereiro de 2023 – R\$ 149.000.

A PRS Aeroportos S.A. possui capital a integralizar de R\$ 71.102 que deverá ser integralizado em moeda corrente nacional até abril de 2026.

Todos os eventos acima estão contabilizados devidamente como “Capital social” nas demonstrações contábeis.

b) Reserva legal

De acordo com o estatuto social da Companhia 5% do lucro líquido apurado será destinado para a constituição de reserva legal, até que se atinja o valor correspondente a 20% do capital social, a constituição da reserva legal poderá ser dispensada no exercício em que o saldo desta reserva, acrescido do montante das reservas de capital, exceder 30% do capital social. Ao final de 2023.

c) Dividendos

De acordo com o estatuto social da Companhia, após constituição da reserva legal, 25% do lucro líquido será destinado aos acionistas a título de dividendo obrigatório, compensados os dividendos intermediários que tenham sido declarados no curso do exercício e o valor sobre o capital próprio. Ao final de 2023, baseado no cálculo dos dividendos mínimos obrigatórios, a Companhia provisionou R\$ 602 a título de dividendos a pagar (R\$ 0 em 31 de dezembro de 2022).

18. Receita operacional líquida

Descrição	01/01/2023 a	18/11/2022 a
	31/12/2023	31/12/2022 (Não auditado)
Receita tarifária	6.824	-
Receita não tarifária	26.972	-
(-) PIS	(556)	-
(-) Cofins	(2.560)	-
(-) ISS	(345)	-
Total	30.335	-

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023 e período compreendido entre 18 de outubro de 2022 (constituição da Companhia) e 31 de dezembro de 2022 (Em milhares de reais – R\$)

19. Custos de serviços e despesas gerais e administrativas

Descrição	31/12/2023	18/11/2022 a
		31/12/2022 (Não auditado)
Pessoal e administradores	(7.504)	(150)
Consultoria e serviço de terceiros	(8.518)	(3.996)
Depreciação (Nota Explicativa nº 10)	(30)	-
Amortização de direito de uso da infra aeroportos (Nota Explicativa nº 11)	(1.835)	-
Água, energia e esgoto	(2.474)	-
Manutenção e reparos	(198)	-
Material de uso e consumo	(209)	-
Viagens e locomoções	(900)	-
Outros custos	(608)	-
Outras receitas e despesas operacionais	(59)	(1)
Total	(22.335)	(4.147)
Custo dos serviços prestados	(9.984)	-
Despesas gerais e administrativas	(12.293)	(4.146)
Outras receitas e despesas operacionais	(58)	1
Total	(22.335)	(4.145)

20. Resultado financeiro

Receita financeira	31/12/2023	18/11/2022 a
		31/12/2022 (Não auditado)
Rendimento de aplicações financeiras	3.026	7
Variação cambial ativa	41	-
(-) PIS/Cofins sobre aplicações	(141)	-
Total	2.926	7

Despesa financeira	31/12/2023	18/11/2022 a
		31/12/2022 (Não auditado)
Despesa bancária	(64)	(1)
Juros passivos	(12)	-
Juros sobre tributos	(6)	-
IOF	(71)	-
Total	(153)	(1)
Total resultado financeiro	2.773	6

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023 e período compreendido entre 18 de outubro de 2022 (constituição da Companhia) e 31 de dezembro de 2022 (Em milhares de reais – R\$)

21. Instrumentos financeiros

a) Classificação contábil e valores justos

A tabela a seguir apresenta os valores contábeis e os valores justos dos ativos e passivos financeiros, incluindo os seus níveis na hierarquia do valor justo.

Em 31/12/2023	Valor contábil			Valor justo			
	Designado ao valor justo	Custo amortizado	Total	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
Ativos financeiros	-	-	-	-	-	-	-
Caixa e equivalentes de caixa	2.133	-	2.133	2.133	-	-	2.133

Em 31/12/2022	Valor contábil			Valor justo			
	Designado ao valor justo	Custo amortizado	Total	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
Ativos financeiros	-	-	-	-	-	-	-
Caixa e equivalentes de caixa	1.208	-	1.208	1.208	-	-	1.208

Valor justo versus valor contábil

Os valores contábeis, referentes aos instrumentos financeiros constantes no balanço patrimonial, quando comparados com os valores que poderiam ser obtidos na sua negociação em um mercado ativo ou, na ausência destes, com o valor presente líquido ajustado com base na taxa vigente de juros no mercado, se aproximam, substancialmente, de seus correspondentes valores de mercado.

b) Gerenciamento dos riscos financeiros

A Companhia apresenta exposição para os seguintes riscos resultantes de instrumentos financeiros:

- Risco de crédito;
- Risco de liquidez;
- Risco de mercado.

Essa nota apresenta informações sobre a exposição da Companhia para cada um dos riscos acima, os objetivos, políticas e processos para a mensuração e gerenciamento de riscos e gerenciamento do capital da Companhia.

c) Estrutura do gerenciamento de risco

A Administração tem responsabilidade global pelo estabelecimento e supervisão da estrutura de gerenciamento de risco da Companhia. A Administração é responsável pelo desenvolvimento e acompanhamento das políticas de gerenciamento de risco. Os gestores de cada departamento se reportam regularmente a Administração sobre as suas atividades.

d) Risco de crédito

Risco de crédito é o risco de a Companhia incorrer perda caso um cliente ou contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais, que surgem principalmente do contas a receber de clientes e outros recebíveis e caixa e equivalentes de caixa.

Exposição a riscos de crédito

O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito. A exposição máxima do risco do crédito na data das demonstrações contábeis foi R\$ 2.135 relativo ao saldo de caixa e equivalentes de caixa (Nota Explicativa nº 6).

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023 e período compreendido entre 18 de outubro de 2022 (constituição da Companhia) e 31 de dezembro de 2022 (Em milhares de reais – R\$)

e) Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco em que a Companhia irá encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro.

f) Risco de mercado

Risco de mercado são as alterações nos preços de mercado, tais como as taxas de juros que impactam nos ganhos da Companhia ou no valor de suas participações em instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercados, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno. Pelas transações e operações em aberto, o risco relevante é o risco da taxa de juros.

Risco de taxa de juros

Risco de taxa de juros é o risco de a Companhia vir a sofrer perdas econômicas devido às alterações adversas nas taxas de juros, que podem ser ocasionadas por fatores relacionados a crises econômicas e/ou alterações na política monetária no mercado interno. Essa exposição refere-se, principalmente, a mudanças nas taxas de juros de mercado que afetem os passivos da Companhia indexados pelo Certificado de Depósito Interbancário (CDI).

A Companhia possui contabilizado dentro da rubrica de caixa e equivalentes de caixa R\$ 616 de aplicação financeira indexada à taxa pós fixada, substancialmente CDI, e não considerada risco de mercado para essa operação.

g) Análise de sensibilidade

Com a finalidade de atender aos requisitos da NBC TG 40 (R2) Instrumentos financeiros: Evidenciação, a Empresa apresenta a seguir a análise de sensibilidade de taxa de juros,

Os empréstimos e financiamentos se trata de contratos pós-fixados, cuja rentabilidade é composta por uma taxa anual pactuada no momento da contratação e atreladas a variação do CDI. Já as aplicações financeiras estão atreladas ao CDI e outras combinações de mercado, bolsas e dólar

A análise de sensibilidade tem como objetivo mensurar o impacto às mudanças nas variáveis de mercado sobre cada instrumento financeiro da empresa. Não obstante, a liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados devido à subjetividade contida no processo utilizado na preparação dessas análises.

As informações demonstradas no quadro, mensuram contextualmente o impacto no resultado da empresa em função da variação de cada risco destacado.

No quadro a seguir foi considerado o cenário dos indexadores utilizados pela Empresa, com a exposição aplicável da flutuação do CDI, baseado em análise do índice, para as aplicações financeiras e para as empréstimos e financiamentos.

O cenário razoavelmente possível considera projeção de instituições financeiras de primeira linha, e que são utilizadas pela administração da Empresa na gestão financeira.

Instrumento financeiro	Indexador	Taxa de juros	Posição em	Em	Cenário	
		a.a.	31/12/2023	31/12/2023	razoavelmente possível	Exposição
		%	R\$	%	%	R\$
Aplicações financeiras (i)	CDI	103% do CDI	2.133	0%	9,99%	190
Exposição						190

(i) Aplicações financeiras efetuadas em dezembro de 2023, com alta liquidez utilizada para capital de giro. A exposição é estimada calculando o rendimento líquido do valor inicial da aplicação em um horizonte de 12 meses.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023 e período compreendido entre 18 de outubro de 2022 (constituição da Companhia) e 31 de dezembro de 2022 (Em milhares de reais – R\$)

23. Transações sem efeito caixa

Conforme descrito na Nota Explicativa no 17 (c), ao final de 2023, baseado no cálculo dos dividendos mínimos obrigatórios, a Companhia provisionou R\$ 602 a título de dividendos a pagar. Essa transação não afetou caixa e foi excluída das demonstrações dos fluxos de caixa.

Em 2022, adições ao ativo intangível (conforme descrita na Nota Explicativa nº 12), no montante de R\$ 128.773, foram constituídas em contrapartida à rubrica de contas a pagar no passivo circulante. Essas adições, em 2022, também não afetaram caixa e portanto, foram excluídas das demonstrações dos fluxos de caixa de 2022.

24. Eventos subsequentes

A Administração da Companhia não identificou qualquer evento ou transação subsequente à data base 31 de dezembro de 2023 que requer divulgação adicional nas demonstrações contábeis.

* * *